

## **O DIREITO A CONVIVÊNCIA FAMILIAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM SUA FAMÍLIA DE ORIGEM.** Gisele Xavier Marques, Pe. Mário José Filho. – Serviço Social - Departamento de Serviço Social - Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

O presente artigo tem por objetivo abordar como o Estado direciona as políticas sociais voltadas à família a fim de que essas tenham condições necessárias de cuidar de suas crianças e/ou adolescentes e promover o seu desenvolvimento através de uma convivência familiar e comunitária sadia, portanto, abordamos a convivência familiar e comunitária na família de origem em detrimento ao abrigo e, conseqüentemente em uma família substituta.

O interesse pelo tema da pesquisa surgiu quando constatamos que existe um grande número de crianças e adolescentes que necessitam ser retirados de seu lar por estarem em situação de risco social, ou seja, tendo seus direitos violados; o que significa, por exemplo, sofrer violência doméstica, estar em situação de abandono, negligência, bem como estar em situação desprotetiva tendo como pais e/ou responsáveis pessoas que fazem uso de substâncias entorpecentes.

No caso em que a criança e/ou adolescente tem que ser retirado de casa a medida imediata de proteção é o encaminhamento para o abrigo ou para famílias voluntárias, chamadas de famílias acolhedoras, que as recebem por um tempo determinado, isto é, o período de permanência pode ser estendido até que se encerre o processo judicial. Na cidade de Franca, local onde a pesquisa foi realizada, não existe abrigo para adolescentes, mas, como a demanda destes é menor, os mesmos são encaminhados para famílias acolhedoras que se apresentam com um número reduzido de famílias. Quanto às crianças, a permanência no abrigo, segundo seu estatuto, deve ser de quarenta e cinco dias, contudo, esse período já chegou a se estender por dois ou três anos. Assim, a demanda de crianças e adolescentes chega a ser maior do que o número de famílias que se dispõe a acolher e, também maior que o número de vagas que o abrigo pode destinar.

Quando a primeira medida de proteção é aplicada, se decidido através de sentença judicial a perca pelos pais do poder familiar, o próximo passo é a colocação em família substituta. Todavia, devemos nos ater no fato de que a família substituta é, sim, uma alternativa viável, porém não está disponível para todas as crianças, pois na nossa sociedade ela só está disponível para crianças de uma determinada faixa etária, de uma determinada cor de pele, de uma determinada situação de saúde.

É por todos esses entraves que surgiu o interesse em saber como as políticas sociais estão sendo trabalhadas (agora com a Política Nacional de Assistência Social centrada na família), pois é confirmado que por trás de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, vítimas das mais diversas sortes de violência, abandono, entre outras, está sua família de origem em igual situação (KALOUSTIAN, 1998). Além disso, a convivência da criança e do adolescente na família de origem é configurada como a medida mais adequada pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) quando menciona que “Toda a criança ou adolescente tem o direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta...”.

É sabido também que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê em seu artigo 4º que é dever da família, do Estado e da sociedade civil assegurar de todas as formas e com absoluta prioridade todos os direitos inerentes à criança e ao adolescente. Contudo, se a família está abandonada, excluída do acesso a bens e serviços, e por isso muitas vezes os pais não conseguem cuidar nem de si próprios; quanto mais lhes atribuir o cuidado adequado aos filhos. Nesse sentido, é extremamente contraditório colocar sobre a família a responsabilidade de seus rebentos sendo que a mesma há muito não está sendo atendida pelas políticas sociais que são de responsabilidade do Estado.

Nesse sentido, realizamos a pesquisa de campo com duas profissionais que atuam na Divisão de Atenção à Criança e ao Adolescente, que está vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Humano e Ação Social da cidade, e com quatro profissionais da equipe técnica do Setor Psicossocial do Fórum de Franca as quais atuam na Vara da Infância e Juventude, sendo estas: duas assistentes sociais e duas psicólogas. Elencamos como critério de escolha os sujeitos significativos, ou seja, aqueles que possuem maior contato com as famílias e com as crianças e adolescentes por atuarem diretamente com essa problemática. Assim, escolhemos as da Divisão por serem executoras e coordenadoras de programas sociais relativos à infância; e as do Fórum por atuarem como peritas nos variados processos que incluem a adoção, busca e apreensão (que é propriamente a retirada), encaminhamento para

medida de proteção, como por exemplo, o abrigo entre outras. Dessa forma, através do processo judicial instaurado as técnicas do judiciário possuem maior informação sobre a família, tendo um conhecimento maior sobre a causa das questões que são colocadas nesse trabalho.

Utilizamos do método dialético para orientar a compreensão do movimento de desconstrução e construção da realidade que acontece de forma permanente sob o objeto de estudo, buscando conhecer a totalidade (que nunca é exata ou perfeitamente acabada) fazendo uma ligação entre a teoria e a prática. (SILVA, 2002, p. 31). Para a coleta de dados utilizamos a entrevista semi-estruturada que nos permitiu a realização de questões abertas possibilitando aos entrevistados expressarem outros elementos que achassem importantes, bem como a criação de outras questões que surgiram no decorrer da entrevista.

Quanto às opiniões decorrentes ao tema não houve divergência de pensamento entre as técnicas do Fórum e as da Divisão da Criança e do Adolescente. Podemos perceber que existe uma parceria no trabalho realizado por elas, isto é, através da permissão do juiz da Vara da Infância e Juventude as profissionais do Fórum representam o Poder Judiciário na articulação com o Poder Executivo municipal, assim, existe a possibilidade das trocas de experiência através do debate em reuniões, em eventos sobre temas referentes à criança e ao adolescente, além da parceria na elaboração e efetivação de programas como, por exemplo, o Programa Família Acolhedora, que já foi referido anteriormente através das famílias acolhedoras, no sistema de acolhimento em famílias em contraposição ao abrigo.

As profissionais concordam que o principal motivo da violação dos direitos da criança e do adolescente, seja em virtude das condições de exclusão social, decorrente da desinformação, do não acesso aos bens e serviços, da não inserção no mercado de trabalho vivido pelas famílias. Esses fatores levam em partes os indivíduos responsáveis pela criança e/ou adolescente ao estresse, a insegurança, extravasando esses sentimentos na forma de violência que recai sobre os membros mais frágeis e sem reação: os próprios filhos, na sua maioria crianças. A negligência, o abandono, são outros fatores que provêm da condição sócio-econômica vivida pela família.

Por acreditarem que nem sempre a família é culpada pela situação de violação de direitos das crianças e adolescentes, pois a mesma também tem seus direitos inerentes violados, é que concordam que quando a criança for retirada deve-se trabalhar a família de origem para que cesse a situação encontrada anteriormente a fim de que a criança e/ou adolescente possa voltar ao convívio familiar o mais rápido possível. Além disso, se em todos os casos não houver a possibilidade de trabalhar com os pais, que sejam esgotadas as possibilidades com os demais familiares antes de se encaminhar para adoção.

A família apesar dos percalços que vivencia e de ser apontada como culpada pela maioria da sociedade pela própria situação em que se encontra, ainda pode ser considerada o maior núcleo socializador e o espaço privilegiado para o desenvolvimento da criança e do adolescente. A realidade da criança em um abrigo impossibilita o desenvolvimento psicológico adequado, criando preocupações que a mesma não deveria apresentar na sua idade, como sentimento de rejeição, abandono, baixa auto-estima ou até mesmo a sensação de culpa pela situação em que se encontra.

É por esse motivo que se deve preservar quando possível os vínculos afetivos existente entre a criança e a família, porque se a criança está sendo negligenciada, por exemplo, ela ainda não possui o conhecimento de que isso acontece, pois não conviveu em outro ambiente para saber se os cuidados que estão sendo aferidos lhes são adequados ou não. Dessa maneira, quando os laços afetivos ainda não foram rompidos a separação entre as crianças e/ou adolescentes da família se configura como punição para ambas as partes.

Contudo, um trabalho com as famílias de origem exige também uma política social que seja eficiente, de continuidade. Nesse sentido, as profissionais afirmam que uma política voltada para família como um todo, ou seja, que não seja fragmentada, mas que visualize a relação existente entre todos os membros da família, ainda está sendo implantada através dos princípios da Política Nacional de Assistência Social. Essa política aprovada em 2004, apesar de ter sido discutida, comentada, está em vias de efetivação e, segundo as profissionais demorará algum tempo para que seja construída completamente.

Na visão das profissionais, mesmo com a aprovação da PNAS, agora que está existindo uma preocupação em relação ao resgate dos vínculos familiares. Esta política centralizada na família está sendo entendida e discutida também agora através de uma reflexão em cima das questões referentes à

infância e adolescência. Faz-se notório lembrar, que cada município deve enquadrar e dirigir ações de acordo com sua realidade apresentada, e que o plano de ação deve prever medidas de forma que se trabalhe em cima de ações sustentadas, além de que o trabalho não fique a mercê da política municipal ou estadual.

Portanto, o que podemos concluir sobre o direcionamento da política social é que ainda está sendo construída em decorrência do PNAS uma política mais focalizada na família, porém, faz-se necessário o olhar voltado às famílias de origem no sentido de prevenir que a retirada aconteça, isto é, precisa ser trabalhada a questão da prevenção já que por enquanto vem sendo trabalhada somente a forma curativa, com vistas às consequências do problema, como construção de abrigos para suprir a demanda de crianças e adolescentes em medida de proteção.

Além disso, aponta-se a mudança de mentalidade dos próprios profissionais para se levar a política adiante, pois sem a adesão dos profissionais que trabalham com as famílias não adianta haver legislação e política social, tornando-se primordial acreditar no trabalho de prevenção. Focou-se o trabalho em redes assistenciais e a articulação entre o Poder Executivo e Judiciário, além das entidades, como outro fator de grande importância para um trabalho efetivo e eficaz.

### **Referências Bibliográficas**

BRANT, Maria do Carmo. A proteção social destinada às famílias brasileiras. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 14, n.42, p.68-77, ago. 1993.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069/90. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

CUNHA, Elizângela Lélis da. **Família e Proteção Social: a desresponsabilização do Estado**. 2002, 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2002.

JOSÉ FILHO, Mário. **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania**. 2002, 158f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2002.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 3.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1998.

MIONE, A. S; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (Org.). **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Eliane Vecchi; ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves de. A institucionalização de crianças no Brasil e o direito à convivência familiar. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 13, n.1, p.31-40, 2004.

SILVA, J.F.S. O método e a produção do conhecimento: a contribuição de Karl Marx. **Revista de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Santo Amaro**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 26-32, 2002.